

O MÉTODO MONTFORTINO: A CONSAGRAÇÃO A NOSSA SENHORA POR SÃO LUÍS MARIA GRIGNION DE MONTFORT

*O Método Montfortino: a consagração a Nossa Senhora por São Luís
Maria Grignon de Montfort*

Polyana Almeida Frota Lima*

Rafael Augusto Linhares Pinto**

*Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Possui Bacharelado em Teologia pela Faculdade de Educação Santa Teresinha (FEST); Pós-Graduação em Mariologia pela Faculdade Dehoniana em parceria com a Academia Marial de Aparecida; Membro do Grupo de Pesquisa MensMemini-Religião, Memórias e Trajetórias ligado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Sócia da Academia Marial de Aparecida (AMA) e Membro da Associação Brasileira de Mariologia (ABM).

 polyana_frota@hotmail.com

 0000-0002-9966-4661

Mestrando em Teologia pela PUCRS. Pós-graduado em Ensino de Sociologia pela Universidade Cândido Mendes; em Mariologia pela Faculdade Dehoniana, em parceria com a Academia Marial de Aparecida; em Teologia Espiritual pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro; em Teologia Bíblica pelo Instituto de Educação, Cultura e Humanidades (INSECH); em História da Arte Sacra pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro.

 ralp1531@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-4178-2534>

Recebido em: 01 de abril de 2025.

Aprovado em: 13 de junho 2025.

Resumo: A Consagração a Nossa Senhora tem origem na própria palavra de Deus, mais precisamente no evangelho de João 19,25-27. São Luís Maria foi um homem totalmente apaixonado pelo Cristo e que acolheu a Virgem Maria como parte de seu maior tesouro espiritual e via de acesso para uma perfeita união entre a alma e seu salvador. Nos caminhos da evangelização como missionário apostólico dedicou sua vida inteiramente a Deus e à Igreja vivendo em total desprendimento tal qual São Francisco de Assis, obediência aos seus superiores e em favor dos mais necessitados. O presente artigo tem como objetivo fazer um breve percurso histórico sobre a Consagração pelo método de São Luís Maria Grignon de Montfort. Para tanto se utiliza do recurso metodológico bibliográfico tanto no que se refere à piedade popular quanto no que tange à própria consagração. O texto percorre em linhas gerais o trajeto de desenvolvimento tanto da piedade mariana (item imprescindível em se tratando de devoção mariana) quanto da consagração a Nossa Senhora pelo método montfortino.

Palavras-chave: Consagração a Nossa Senhora; São Luís Maria Grignon de Montfort; Piedade Mariana.

Abstract : The Consecration to Our Lady has its origins in the word of God itself, more precisely in the Gospel of John 19:25-27. Saint Louis Marie was a man who was completely in love with Christ and who welcomed the Virgin Mary as part of his greatest spiritual treasure and a means of access to a perfect union between the soul and its savior. On the paths of evangelization as an apostolic missionary, he dedicated his life entirely to God and the Church, living in total detachment, just like Saint Francis

of Assisi, in obedience to his superiors and in favor of those most in need. This article aims to provide a brief historical overview of the Consecration by the method of Saint Louis Marie Grignon de Montfort. To this

end, the methodological resource of bibliography is used, both in relation to popular piety and in relation to the consecration itself. The text broadly covers the development of both Marian piety (an essential item when dealing with Marian devotion) and the consecration to Our Lady by the Montfort method.

Keywords: Consecration to Our Lady; Saint Louis Marie Grignon de Montfort; Marian Piety.

INTRODUÇÃO

O povo intui no depósito da fé sua religiosidade e sua maneira de ser religioso (*Sensus Fidelium*¹), e Maria é sem dúvida uma das figuras mais emblemáticas, quiçá, a maior delas na devoção e piedade popular. O povo ama Maria, recebe Maria como dádiva do Criador (Nela acontece por primeiro, por antecipação, o que Deus sonhou para toda a humanidade), e dela deseja sempre estar perto, a ela se encomenda, confia e por fim se “consagra”, e é justamente acerca dessa “consagração” que o presente texto pretende se debruçar. Através de referências bibliográficas buscou-se traçar um percurso histórico acerca da consagração, compreender o sentido e significado dessa expressão desde o seu sentido bíblico-pastoral até chegar ao método montfortino que é tema deste trabalho.

A consagração a Maria, ou “consagração a Jesus por Maria” (Montfort, 2009, p. 120), tem atraído muito a atenção dos devotos da Mãe de Deus. São inúmeras pessoas que procuram, através desse gesto, estar mais perto dela e, assim, claro, mais perto de Deus. O povo imediatamente entende que a pertença a Maria é uma pertença a Jesus, porque a figura de Maria não se desassocia de Jesus. Podemos ler no próprio Montfort, que é impossível separar Maria de Jesus. Assim ele escreve: “[...] antes se separaria do sol a luz, do que apartar Maria de Jesus” (p. 232).

Pensando nisso, este artigo versa sobre a Consagração a Maria pelo Método apresentado por São Luís Maria Grignon de Montfort, através de autores como Stefano de Fiores, Padre Antonio Elcio de Souza, Diretório sobre Piedade Popular e Liturgia e Afonso Murad. Antes, porém, fez-se necessário abordar dois elementos relevantes ao assunto mariológico aqui apresentado, são eles: Piedade Popular e Piedade Mariana.

1. PIEDADE POPULAR

A Piedade popular é uma fonte de riquezas inesgotável, na qual o povo cultiva e vive seu acreditar no mistério, “é uma maneira legítima de viver a fé, um modo de se sentir parte da Igreja e uma forma de ser missionários” (DAp. n. 264), é “[...] uma sede de Deus” (EN, n. 48). Podemos afirmar que a piedade popular é “o conjunto de crenças profundas marcadas por Deus, das atitudes básicas que derivam dessas convicções e as expressões que as manifestam” (DP, n. 444) ou ainda: “Trata-se da forma ou da existência cultural que a religião adota em um povo determinado” (DP, n. 444). Desta forma, é válido notar que:

1 Segundo o Catecismo da Igreja Católica, do parágrafo 91 ao 93, o ‘*Sensus fidelium*’ é o senso de fé popular dos fiéis, isto é, aquela intuição que o fiel pela abertura à fé, constrói a sua convicção sobre a verdade desta mesma Fé: “por este senso de fé, suscitado e sustentado pelo Espírito da Verdade, o Povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério adere indefectivamente à fé uma vez para sempre transmitida aos santos e, com reto juízo, a penetra mais profundamente e mais plenamente a aplica em sua vida” (CEC 93). Com isso, este ‘*sensus fidelium*’ é construído a partir da abertura e adesão ao conteúdo de Fé, e tem a sua expressão concreta na prática devocional do povo de Deus.

Não podemos desvalorizar a espiritualidade popular ou considerá-la como modo secundário da vida cristã, porque seria esquecer o primado da ação do Espírito e a iniciativa gratuita do amor de Deus. A piedade popular contém e expressa um intenso sentido de transcendência, uma capacidade espontânea de se apoiar em Deus e uma verdadeira experiência de amor teologal. É também uma expressão de sabedoria sobrenatural, porque a sabedoria do amor não depende diretamente de ilustração da mente, mas da ação interna da graça. Por isso, a chamamos de espiritualidade popular. Ou seja, uma espiritualidade cristã que, sendo um encontro pessoal com o Senhor, integra muito o corpóreo, o sensível, o simbólico e as necessidades mais concretas das pessoas (DAp. n. 263).

Fazendo uma leitura da história da piedade popular, haveremos de convir que ela passou por fases e transformações, desde os inícios onde não se via separação do culto oficial (litúrgico) e piedade popular, até as incongruências da Idade Média onde se observa que “[...] prevalece o fenômeno de um certo dualismo entre Liturgia e piedade popular” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 33). Continuando a linha de mudanças, passamos para a modernidade onde podemos destacar o Concílio de Latrão V de 1517, tendo logo à sua frente a reforma protestante, que, com toda pujança, apontava e combatia, sobretudo, as práticas de piedade.

A Igreja então convoca o Concílio de Trento, ocorrido entre os anos de 1545 a 1563, com a ideia *De reformatiōe generali*, onde, a própria instituição sentiu que devia enfrentar as questões litúrgico-sacramentais e “fê-lo assumindo uma atitude de denúncia dos erros e de condenação dos abusos, de defesa da fé e da tradição litúrgica da Igreja” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 38), mesmo assim ainda resultando dualidade entre liturgia e piedade popular.

Na contemporaneidade, superando a Revolução Francesa, tanto o culto litúrgico quanto a piedade se refazem, e com muita força. “O século XIX não assimila somente o despertar da Liturgia, mas também, e talvez de modo autônomo, um incremento da piedade popular” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 44), o que não impediu que houvesse também discrepâncias entre ambas. Muito embora se tenha feito todo esse processo histórico, foi o Concílio Vaticano II que veio a “[...] definir nos termos corretos a relação entre Liturgia e piedade popular, proclamando a primazia indiscutível da santa Liturgia e a subordinação a ela das práticas de piedade” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 46).

A piedade popular passou por momentos em que faltou harmonia entre ela e o culto litúrgico e disto “a história mostra... que a correta relação entre liturgia e piedade popular é perturbada quando nos fiéis diminui a consciência de alguns valores essenciais da própria Liturgia” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 47). A respeito disto, a Igreja procura encaminhar o povo para a sobriedade e o equilíbrio entre aquilo que o Litúrgico celebra e o que a fé do povo busca. Olhando para a história e sabendo dos perigos que podem fazer com que a piedade se desvie do seu real sentido, a Igreja alerta para alguns riscos, eis:

[...] A insuficiente presença de elementos essenciais da fé cristã, tais como o significado salvífico da Ressurreição de Cristo, o sentido da pertença à Igreja, a pessoa e a ação do divino Espírito; a desproporção entre a estima pelo culto aos Santos e a consciência da absoluta soberania de Jesus Cristo e do seu ministério; o raro contato direto com a Sagrada Escritura; o afastamento da vida sacramental da Igreja; a tendência de separar o momento cultural dos compromissos da vida cristã; a concepção utilitarista de algumas

formas de piedade; a utilização de sinais, gestos e fórmulas, que talvez adquiram uma importância excessiva, até à procura do espetacular; em casos extremos, o risco de incentivar o ingresso de seitas e levar até mesmo à superstição, à magia, ao fanatismo e à opressão (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 65).

Embora as diversas práticas populares nasçam no meio do povo e que sejam estas percebidas com o sentimento, com as emoções, ainda que seja da “pietá, isto é, da interioridade do homem em atitude dialógica com Deus” (De Fiores; Meo, 1995, p. 1067), e ainda como lembra frei Clodovis Boff (2006, p. 553): “[...] a piedade popular é, por excelência, a *via cordis*”, mesmo assim, em graus de importância, deve ser sempre conservado o “primado da liturgia” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 23), e somente depois as práticas de piedade. Uma vez que a ação litúrgica deve sempre vir antes das práticas de piedade popular (em termos de hierarquia), as práticas de piedade precisam sempre estar de acordo com a liturgia em perene harmonização, de modo a resguardar o primado da sagrada liturgia.

Do que já fora dito sobre piedade popular, ainda é pertinente notar que o popular significa dizer que é do povo, de todo o povo, e não só de uma parte exclusiva e restrita; é tanto dos grandes como dos pequenos e é bem fácil perceber que ela se mostra quase sempre mais forte nos pequenos do povo, nas classes mais empobrecidas; também não é específico dos que estão dentro da Igreja, mas, sobretudo dos que estão fora dela. A piedade alcança tanto os praticantes como os não praticantes, vejamos:

[...] Nessa linha, a piedade popular é efetivamente “católica” por não restringir aos “bons e puros”, mas estar aberta a todos, incluindo os praticantes irregulares ou mesmo os não-praticantes. Estes poderiam ser entendidos como os “fracos na fé”, para os quais São Paulo pede compreensão dos “fortes” (1 Cor 8 e Rm 14) (Boff, C. 2006, p. 551).

A piedade necessita estar em harmonia com a Liturgia, e isto já se fez bastante claro, porém o “catolicismo popular não é contrário ao oficial, mas também não lhe é inferior” (Boff, 2006, p. 551), outrossim, “a liturgia não pode ser a única forma de vida religiosa do povo de Deus. Ao lado dela existe, com todo o direito, a devoção popular” (p. 552). A piedade tomada “no conjunto, trata-se de um cristianismo inteiro e verdadeiro, ainda que deficiente ou imperfeito” (552). Como já dito acima, às vezes, na prática da piedade se perde o foco central “por causa da importância muitas vezes exagerada do culto”, e é tão somente por isso a exigência oficial que haja sintonia entre esta e a liturgia.

1.1. PIEDADE MARIANA

Quando o assunto é Maria, o coração que a ama fica atento e palpitante. De acordo com o sociólogo Greeley (1978, p. 13), “Maria é, no Ocidente, o símbolo cultural mais poderoso e popular dos últimos dois mil anos” (apud Boff, 2006, p. 19). O povo nutre pela mãe de Deus um amor visceral

e nos caminhos da devoção² rendem a ela todo o seu amor através das maneiras mais diversas, e “o culto é a expressão da fé” (Ossanna, 2006, p. 35), da fé livre que, por vezes ultrapassa os limites da dogmática, mas é amor, é fé, e com razão o marista afirma: “a veneração a Maria aparece de forma mais intensa na devoção do que na Liturgia” (Murad, 2012, p. 209). Um dos documentos marianos mais importante diz que “a piedade da Igreja para com a bem-aventurada Virgem Maria é elemento intrínseco do culto cristão” (Marialis Cultus, n. 57), sabendo, no entanto, que “O culto da Virgem Maria tem seu necessário ponto de referência: Cristo” (Marialis Cultus, n. 4).

Encontramos traços da piedade mariana desde a antiguidade quando nos deparamos com textos apócrifos que falam sobre a dormição de Maria e o Proto-evangelho de Tiago, ambos do século II: “a iconografia mariana das catacumbas de Priscila, em Roma” Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 23), a oração mariana mais antiga: “*Sub Tuum Praesidium*, datada do século III” (Pinto, 2018, p.186). No século IV a ênfase está no cultuar Maria por sua virgindade (como adiante se fará uma rápida menção disto em Orígenes), no século V se destaca o que poderíamos chamar de a “primeira festa de caráter propriamente mariano que a Igreja celebrou” (Boff, 2006, p. 561).

No século VI, “levanta-se em Palermo um oratório dedicado a Santa Maria” (Boff, 2006, p. 562), por volta do ano 804 temos o sábado que até hoje dedicamos como “dia da memória de Maria” (p. 562), por volta dos anos 1.000 a 1.500 se destaca a recitação popular da Ave Maria (em sua primeira parte) até a propagação do Rosário que muito contribui “[...] para a formação de fraternidades centradas na piedade mariana” (Dombes, 2005, p. 50). Notemos que, passando ainda pelos anos 1.000 “[...] com Gregório VII, realiza-se a primeira ruptura entre liturgia, reservada ao clero e aos monges, e a piedade popular” (Boff, 2006, p. 562).

A Idade Média é marcada pela guinada no culto mariano, diversos santuários são erguidos em sua homenagem, cresce o número de obras tendo ela como tema, Maria passa de Mãe de Deus (título primitivo) para títulos como *Mediatrix* (intercessora), rainha de misericórdia, etc. Esta forma de piedade para com Maria os reformadores contestaram. Para eles, o mais importante seria o caráter evangélico da pessoa de Maria e não a exaltação dos seus privilégios que a piedade popular atribuía a ela e acabavam por colocá-la no mesmo nivelamento que o Cristo.

São Luís Maria Grignon de Montfort, dentro desses embates, imbuído do movimento contra-reformista, frente a uma verdadeira “crise mariana” (Dombes, 2005, p. 53), nos fundamentos da consagração em sua obra magna mariana, vai dizer: “Se a devoção à Santíssima Virgem nos afastasse de Jesus Cristo, seria preciso rejeitá-la como uma ilusão do demônio” (Montfort, 2009, p. 96). Ele continua “[...] esta devoção só nos é necessária para encontrar Jesus Cristo, amá-lo ternamente e fielmente servi-lo” (p. 96-97).

Segundo Frei Clodovis, (2006, p. 565) “a Idade contemporânea (séculos XIX e XX) representa, depois do século de São Bernardo, o segundo vértice da devoção popular mariana, especialmente pelo

² Com o termo *devoção* designamos a atitude interior pela qual a pessoa entra em relação com a realidade objeto dessa devoção. Essa relação tem como aspectos principais a *entrega*, surgida da raiz da caridade, de sua própria pessoa mediante a confiança incondicional, impregnada de fortes componentes afetivos, e que põe o sujeito em situação de assídua e fiel dedicação e dependência. (A. Amato. Devoção Mariana. In De Fiores, Stefano. Meo, Salvatore. Dicionário de Mariologia. São Paulo: Paulus, 1995. p.395).

advento das grandes aparições”, é importante lembrar ainda as duas definições dogmáticas de 1854 e 1950 e o despontar de papas marianos. No século XX é pertinente lembrar que “a teologia e piedade marianas continuam, então a se desenvolver no impulso de fervor dado pelo século XIX. “A emulação é constante entre piedade e a reflexão teológica” (Dombes, 2005, p. 60).

O Concílio Vaticano II trouxe um olhar mais equilibrado sobre a figura mariana, uma sobriedade na devoção. Sobre a intenção do concílio, assim diz o documento que tem a Bem-Aventurada Virgem como tema no capítulo XVIII, “o sagrado Concílio[...] pretende esclarecer cuidadosamente não só o papel da Virgem Santíssima no mistério do Verbo encarnado [...] mas também os deveres dos homens para com a Mãe de Deus” (LG, n. 54). De fato, “Maria não é, na vivência da Igreja, uma figura qualquer; é, antes, uma figura “central”, embora não seja o centro, que é Jesus Cristo” (Boff, 2006, p. 18). Desta forma a encontramos sempre presente na história do povo piedoso, pois ela “além de ser uma figura digna de respeito e devoção, é entendida pela Igreja como o modelo de cristã” (Pinto, 2018, p. 186).

O sujeito ativo da piedade mariana entende bem que o seu papel de devoto engloba os seus sentimentos e também as suas ações, que é interior o seu amar e também exterior (São Luís Maria Grignon de Montfort vai trabalhar bem isso no seu tratado mariano: Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem Maria no capítulo XVIII, obra motivo deste trabalho). Explica bem Frei Clodovis (2006, p. 554) quando diz que a “devoção significa então, por um lado, amar em seu íntimo a figura religiosa de que se é ‘devoto’ e, por outro lado, prestar-lhe exteriormente as devidas homenagens”, e tudo isso na época medieval era nada mais nada menos que “*obsequia* ou *reverentia*” (p. 554), neste caso, fazer à Maria. Todavia, as práticas de piedade mariana não podem de forma alguma prescindir das normas litúrgicas, como já foi apontado neste trabalho. A liturgia é a grande reguladora de todas as práticas de piedade, até mesmo porque “grande parte das festas e solenidades litúrgicas nasceram da manifestação devocional popular” (Pinto, 2018, p. 411).

2. A CONSAGRAÇÃO MONTFORTINA, SUA ORIGEM E DIFUSÃO

Partindo de uma fonte, digamos que primária, a consagração a Nossa Senhora tem origem na própria Palavra de Deus, mais precisamente no evangelho de João 19,25-27, quando no testamento de Cristo, o discípulo acolhe a mãe entre seus bens. Na verdade, esse acolher na ótica joanina “se insere no acolhimento dado a Jesus pelo discípulo” (Souza, 201, p. 211) e uma vez que “a consagração a Maria é reconhecimento da sua missão” (p. 211) é importante notar que:

Quando acolhe a mãe de Jesus “entre seus bens”, expressa que entre esses bens está a sua fé e a comunhão com Jesus. Assim, a relação com Cristo se prolonga na relação nova do discípulo com Maria; acolhe Maria em obediência a Cristo na sua vida de fé. A consagração é sempre a Cristo, a Deus-Trindade, realizada no acolhimento dado a Maria em nossa vida, entre os nossos bens (vida espiritual), a exemplo do discípulo amado (Souza, 2017, p. 211).

A consagração a Maria deve ser compreendida na “inserção na única consagração a Deus, como reconhecimento de sua missão e dentro da dimensão eclesial” (Souza, 2017, p. 210). Maria

é, por assim dizer, a “consagrada por Deus que se doa inteiramente a Ele” (p. 206). Consagrar-nos a ela (ou a Jesus através dela) é buscar o seu exemplo de vida que foi total doação e vivência na Aliança com Deus em Jesus, é viver essa vida de doação, de serviço a Deus e aos irmãos, logo, “darnos assim à Santíssima Virgem é exercer a caridade em relação ao próximo no mais alto grau de nossas possibilidades” (Montfort, 2018, p. 43).

Ao se tratar da devoção que São Luís Maria Grignon de Montfort apresenta, traçada no caminho percorrido (método) até a consagração, é necessário atentar para o fundamento teológico tomado por ele, que, aliás, é muito bem alicerçado, além de fundamentar sua obra no evento encarnação ele chamará esta devoção de “uma perfeita renovação dos votos do batismo” (Montfort, 2009, p. 124). Uma vez que somos consagrados no batismo, que é a nossa consagração por excelência, recebemos também a tríplice missão de sermos sacerdotes, profetas e reis. Os batizados sendo partícipes desse múnus sacerdotal são “incorporados em Cristo Jesus, unem-se a Ele e ao Seu sacrifício, na Oferta de si mesmos e de todas as suas atividades” (Christifideles Laici, n. 14).

A consagração a Maria, como dom de si, está relacionada a algo bem maior do que aquele simples ato de recitar uma fórmula numa festa mariana. Pensando isso como o ato que acontece no nosso batismo, ela faz parte de um todo bem mais rico do que costumeiramente pensamos. A motivação a uma consagração precisa alcançar em nós um nível de maturidade e consciência, a fim de que se entenda que não é por nós, e nem deve ser pensada de uma forma isolada, como fruto de uma “decisão autônoma”, mas é uma iniciativa do próprio Deus, pois, “os cristãos não se consagram por si mesmos, mas em virtude do batismo administrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito santo” (De Fiores, 1995, p. 308-309). Ainda em Fiores encontramos de maneira mais explicativa:

A essa consagração ontológica, que une o batizado a Cristo e o faz participante do seu mistério de morte e ressurreição (Rm 6,3-5; Cl 2,12), deve corresponder uma consagração vital a Deus, expressa em termos de culto existencial [...] isto é, transformar sua vida em dom total ou oferta agradável a Deus [...] nessa oferta total de si a Deus entram todos os outros aspectos da vida cristã, contemplados pela revelação bíblica: o culto, a moral, a missão [...] na vida de consagração, Jesus é a fonte e o modelo paradigmático (p. 309).

Em se tratando de Consagração a Nossa Senhora, as primeiras reflexões acerca de Maria refletem e encontram nela o modelo a ser seguido; ela será vista e refletida exatamente “na ordem da santidade e da consagração a Deus” (De Fiores, 1995, p. 311). Encontramos, nesse sentido, algumas reflexões, como no Proto-evangelho de Tiago, que trazem a figura de Maria como aquela que é apresentada no templo e consagrada ao Senhor. Orígenes, por volta do ano 254, diz que Maria é a ‘primeira das virgens’ (Pinto, 2018, p. 186). Ambrósio, mais ou menos em 397, “convida as virgens a se espelharem na vida de Maria [...] Mas vida imbuída da intenção de buscar a Deus” (De Fiores, 1995, p. 311). Encontramos em Gregório de Nissa, ano 392, a ênfase no “vínculo entre consagração objetiva e doação pessoal” (p. 311).

Seguindo a linha da consagração, muito antes de chegarmos ao método montfortino, temos que levar em consideração que a confiança do povo para com a Mãe de Deus vem desde

a antiguidade, é possível perceber isso através de um breve percurso histórico. Datada do século III verifica-se a famosa oração *Sub tuum praesidium*³. Através dessa súplica o povo se coloca sob a proteção da Santa Mãe de Deus. Ora, “essa ação é como o primeiro passo para a consagração [...] e será a base de futuras consagrações de cidades e nações desse período” (Souza, 2017, p. 207). Assim sendo, “a primeira de todas foi Constantinopla, que professa a sua pertença a ela (Maria) e experimenta o auxílio da Mãe do Senhor na invasão dos bárbaros de 626” (De Fiores, 1995, p. 311).

No século VII não passa despercebida a grande devoção de Hildefonso de Toledo que se designa “servo da mãe e escrava do Senhor[...] como atitude permanente de vida” (De Fiores, 1995, p. 312), assim ele se coloca a serviço da mãe como servo para melhor servir ao Filho. No século VIII, encontramos aqui o sermão de São João Damasceno (676-749) refletindo sobre a Dormição da Santíssima Virgem, onde é possível notar a “primeira oferta de si a Maria, expressa em termos de consagração” (De Fiores, 1995, p. 312). Diz o santo:

Também nós, hoje nos apresentamos a ti, ó Soberana, mãe de Deus virgem; unimos nossas almas a ti, nossa esperança, como se a prendêssemos a uma âncora totalmente sólida e inquebrantável, consagrando-te nossa mente, nossa alma, nosso corpo, todo o nosso ser... (João Damasceno, Omelia per La Dormizione I, 14 p. 96, 720 apud De Fiores, 1995, p. 312).

A idade média, como bem se sabe, foi lugar propício para uma piedade mariana mais carregada e que porta consigo elementos da própria época na vida religiosa do povo. Na devoção mariana vai refletir princípios concernentes à vassalagem, clientela e servidão voluntária. Tudo isso bem fundamentado no que seria o feudalismo, modelo político, econômico e social que predominou durante o período medieval. Destaca-se, baseado nesse modelo feudal a entrega total de si a Maria, reverberada em termos como *Commentadio* e *Traditio*. Estas expressões surgem nos séculos X e XI e “indicam a entrega, o dom, a dedicação de si à Virgem” (De Fiores, 1995, p. 311). Para melhor demonstrar:

Tal dedicação a Maria extrai a linguagem e segue as expressões do sistema social medieval: chega-se a uma espécie de contrato entre o servo que se doa livremente a Maria, reconhecida como senhora, e lhe presta serviços, obséquios e reverências, dela recebendo em contrapartida a proteção (*tuitio*) (De Fiores, 1995, p. 312).

De certo que a expressão *se oferecer totalmente a Maria* sempre se associa, ou, ao menos deve ser, em servir melhor a Jesus, nesse sentido, já se dedica tudo de si a Maria até mesmo “os seus bens” (De Fiores, 1995, p. 312). Essa atitude de se colocar a serviço da Virgem Maria, como sua pertença, é notada, sobretudo, nas fórmulas de profissão desse período e será também contemplada e detalhada por São Luís Maria Grignoin de Motfort na sua obra Tratado da Verdadeira Devoção, mesmo que tenha sido apontada por ele em obras anteriores. No capítulo II do Tratado, Montfort vai mostrar os fundamentos da consagração e fazer considerações sobre a nomenclatura escravo dando razões à expressão quando distingue ‘servo e escravo’ (Montfort, 2009, p.75-77). Na

3 À Vossa Proteção recorremos, Santa Mãe de Deus. Não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos sempre de todos os perigos, ó Virgem gloriosa e bendita.

diferença por ele proposta, o escravo sobressai ao servo no quesito amor para com Maria, pois o escravo não reclama para si nada além de poder pertencer e servir a sua senhora, já o servo pretende ganhos. Após a consagração, Maria passa a ser a senhora e dona do escravo (Com o argumento de que ele possa com mais perfeição pertencer e amar seu Senhor).

Ainda no período medieval, mais precisamente na Idade Média tardia, se destaca o amor cortês ou cavaleiresco. Para doar-se ao amor da inacessível senhora o cavaleiro promete total servidão e fidelidade. No campo religioso aos moldes desse amor cortês, a devoção à Maria vai se reproduzindo. Enquanto que na sociedade o cavaleiro corteja a dama e procura o tempo todo agradá-la e destacar-se dos demais num amor puro, fiel, refinado e consequentemente platônico, no que se refere ao campo religioso e principalmente à pessoa de Maria que é aqui a “dama por excelência ou a Senhora inatingível na sua virgindade e santidade, ao mesmo tempo, digna de amor intenso” (De Fiores, 1995, p. 313), o que se segue é um modelo de consagração baseado no amor cortês cavaleiresco “que compromete a pessoa com Maria” (De Fiores, 1995, p. 313). O cavaleiro busca qualquer recompensa por parte da dama, um simples gesto ou olhar voltado para ele, haja vista que é ela a idealização mais perfeita do seu amor.

A escravidão a Maria (Consagração) não teve seu início em São Luís Maria Grignon de Montfort, o próprio santo atesta isso: “Fica, portanto, de pé que esta devoção não é nova” (Montfort, 2009, p. 158), mas é sem dúvida alguma que com ele esta devoção atinge seu ponto alto, e ele, certamente, foi um dos que melhor adensou essa forma de piedade para com a Virgem Maria. Montfort sucede uma linha de entrega à Mãe de Deus com a expressão “escravidão” que tem início, nota bem De Fiores (1995, p. 313) “em fins do século XVI”. Ora, Montfort vive entre os séculos XVII e XVIII, o termo “escravidão” em se tratando de Maria certamente lhe era familiar, na verdade a primeira “associação de escravidão aparece em Alcalá, onde irmã Inês Batista de São Paulo, franciscana concepcionista, fundou em 1595” (De Fiores, 1995, p. 313)⁴, portanto, mais de 70 anos antes do Montfort e com outro ponto importante, surge na Espanha, enquanto que São Luís faz a propagação da devoção na França.

Mas é preciso ainda destacar aqui o seguinte: a devoção chega à França não por Montfort, segundo Fiores, chega às terras francesas pelo Cardeal Pierre de Bérulle (1575-1629), “[...] que em 1614-1615 ele propõe ao Oratório e as carmelitas o duplo voto de servidão perpétua à Virgem e a Jesus Cristo” (De Fiores, 1995, p. 314). Também Boudon (Aquidiácono de Evreux viveu em 1624-1702)⁵ fez uso e divulgação desta forma de consagração pela França antes mesmo de São Luís Maria, muito embora Boudon tenha escrito um tratado desta entrega total a Maria, ele não toca na questão do batismo, ponto que será trabalhado enfaticamente por Montfort. O próprio São Luís Maria ensinava essa consagração aos seus amigos ainda quando seminarista, segundo Pe. Humberto (1992, p. 31) o jovem Luís de Montfort “com a aprovação dos seus superiores, fundou, no próprio Seminário, um grupo de escravos de amor”.

A devoção mariana na forma da escravidão para com a Mãe de Deus se espalha pela “Bélgica,

4 Santo Antonio de Sant’Ana Galvão, o primeiro santo brasileiro, se tornou escravo de Nossa Senhora usando a forma de consagração das Concepcionistas e não o método montfortino como muitos pensam.

5 Boudon escreveu um Tratado sobre a consagração com o título: “DIEU SEUL. LE SAINT ESCLAVAGE DE L’ADMIRABLE MÈRE DE DIEU”.

na Alemanha e na Polônia se difunde [...] suscitando várias obras; lembramos a do Jesuíta Estanislau Fenichi publicada em Lublin no ano de 1632” (De Fiores, 1995, p. 314), na Itália a Consagração chega por volta do século XII graças à ordem religiosa dos clérigos teatinos que tinha sede no país. Seguindo na perspectiva da total entrega a Maria temos no ano de 1680, São João Eudes que deixa sua visão bem clara no “contrato de uma santa aliança com a sacratíssima Virgem Maria Mãe de Deus” (De Fiores, 1995, p. 315). Esta visão de Eudes será ainda retomada no século XIX e ainda por Santo Antonio Maria Claret (1807-1870).

São Luís Maria Grignon de Montfort nasceu em 31 de janeiro de 1673 e morreu em 28 de abril de 1716⁶. Francês, foi ordenado sacerdote em 1700 e dedicou-se a ser missionário recebendo do Papa Clemente XI o título de Missionário Apostólico (julho de 1706). Apesar das controvérsias e resistência à expressão “escravos de Maria”, Montfort vai fundamentar a consagração mariana no seu tratado sob a perspectiva do batismo, no que ele irá chamar de “a perfeita renovação dos votos e promessas do santo batismo” (Montfort, 2009, p. 119). Note-se bem que o Grignon toma como âncora de sua obra o evento encarnação, ponto melhor trabalhado por ele em “O amor da Sabedoria eterna”, mais especificamente no capítulo IX “A encarnação e a vida da Sabedoria eterna” (2018, p. 83). São Luís Maria irá divulgar essa maneira de piedade para com a Mãe de Deus durante sua ação missionária pela França e por fim deixa compilado em sua obra magna, o Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem, livro encontrado somente depois de sua morte (cerca de 131 anos depois).

A escravidão à Maria pelo método montfortino ganha grande proporção pelo mundo, papas vão aprovar esta devoção e muitas ordens religiosas vão tomá-la para si. Grande propagadora da total entrega a Maria neste viés do padre Grignon será a ‘Legião de Maria’ fundada em 1921. A chegada da Escravidão a Maria no Brasil é um tanto difícil de ser acompanhada, assim como sua difusão em muitos outros países. Ilustre divulgador e vivenciador da escravidão escrita por São Luís, foi o Papa João Paulo II que fez da consagração o lema do seu pontificado *Totus Tuus* (todo teu), todo de Maria.

A partir de João Paulo II a consagração passa a ser amplamente conhecida e muitos são os que buscaram e buscam o ser todo de Maria a exemplo deste santo. Os caminhos que a total entrega a Maria fez e faz para chegar aos mais diversos povos é tarefa muito difícil de desenhar e de catalogar, não se encontra até então uma obra sistemática de como essa forma de piedade popular chega aos diferentes países mundo afora. O amor caminha a passos largos, e de amor o devoto de Maria entende bem, afinal a espontaneidade é marca deste povo que “mais do que raciocínio, é levado pelo sentimento” (Krieger, 2016, p. 24).

3. O QUE É O MÉTODO MONTFORTINO?

O método montfortino consiste num caminho, por isso o nome método traçado e escrito por São Luís Maria Grignon de Montfort no seu Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima

⁶ Entre as principais obras de São Luís de Maria estão: Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem; O segredo do Rosário; O segredo de Maria sobre a Escravidão da Santíssima Virgem escrito antes mesmo do Tratado; Carta Circular aos amigos da Cruz e muitos cânticos espirituais além de fundar congregações religiosas como Os missionários da Companhia de Maria, as Filhas da Sabedoria e os irmãos de São Gabriel.

Virgem. A obra mais conhecida deste homem de alma mariana, leva a pessoa devota a conhecer e amar filialmente a Mãe de Deus. O escrito, atualmente dividido em oito capítulos, conduz o leitor a percorrer em linhas gerais: A necessidade da devoção à Santíssima Virgem (cap. I); As verdades que fundamentam essa devoção (cap. II); A escolha da verdadeira devoção (cap. III); Da perfeita devoção à SS Virgem ou à perfeita consagração a Jesus Cristo (cap. IV); Motivos da consagração (cap. V); Figura bíblica desta perfeita devoção (cap. VI); Efeitos da Consagração (cap. VII); Práticas particulares (cap. VIII).

Após ler e refletir todos esses pontos a pessoa faz a chamada entrega total de si a Jesus Cristo por Maria (consagração) que nada mais é se não “a oferta de si mesmo que tem como meta Deus” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 204). O indivíduo que assim deseja se entregar a Jesus por Maria conforme este modelo de Montfort, trilha ainda 30 dias (ou 33 dias) de preparação onde o santo Grignon chama de exercícios espirituais, e que subdivide em doze dias preliminares e mais três semanas (Montfort, 2009, p. 219).

Feito este percurso, escolhe-se uma festa mariana e o devoto recitando uma fórmula que se encontra nas páginas derradeiras do tratado faz sua consagração após a comunhão conforme orientação do santo mariano. Porém, o Diretório sobre piedade popular e liturgia (n. 204) recomenda que seja após a celebração eucarística por ser um ato fora do rito litúrgico. Neste dia o consagrado assina um contrato desta entrega e conforme conselho do santo, e carrega desde então uma cadeia (preferencialmente de ferro, assim ele recomenda), para lembrar-se sempre da sua pertença a Jesus por Maria. Essa cadeia pode ser levada no pescoço, braço, pé ou até mesmo na cintura, segundo suas recomendações. A partir do dia da consagração, a pessoa consagrada passa a recitar todos os dias uma “Pequena Coroa de Nossa Senhora” (Montfort, 2009, p. 115.223) que o próprio Montfort ensina no capítulo terceiro, que pode ser encontrada também no final do livro. São Luís orienta a renovação anual dessa total doação de si: “Todos os anos, ao menos, no mesmo dia, renovarão a consagração, observando as mesmas práticas durante três semanas” (Montfort, 2009, p. 222).

Tendo visto os passos para aderir esta prática devocional que “[...] deve ser fruto não de emoção passageira, mas de uma decisão pessoal, livre, madura no âmbito de uma visão exata do dinamismo da graça” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 204), vejamos mais precisamente no que consiste organicamente o método montfortino e o que significa a proposta feita pelo padre Grignon. Este “propõe aos cristãos a consagração a Cristo pelas mãos de Maria como meio eficaz para viver fielmente os compromissos batismais” (Redemptoris Mater, n. 48). Item já citado no tópico anterior, este ponto sem dúvida alguma é uma chave segura e imprescindível, quicá a mais importante para entender o método montfortino.

Esta não é uma consagração para si mesma, e nem é uma devoção vazia de sentido (muito embora cada devoção tenha sua importância e logicamente imbuída de seus sentidos). O que São Luís propõe em seu modo de apresentar a consagração seria uma maneira de viver com inteireza e austeridade aquilo que a Igreja nos pede, e que, nós mesmos nos propomos a viver no dia do nosso batismo. Tudo isso está bem nítido na fórmula de consagração quando o/a devoto (a) se

decide livremente pela entrega total de si a Jesus pelas mãos de Maria, falando seu nome, e cheio da certeza de que o pecado em cada um de nós habita, diz: “Eu... infiel pecador, renovo e ratifico hoje, em vossas mãos, os votos do batismo. Renuncio para sempre a satanás, suas pompas e suas obras” (Montfort, 2009, p. 283).

Para o santo em questão, a escravidão ao pecado é o grilhão que prende o ser humano, e, uma vez cativo a Jesus Cristo por Maria através desta consagração, se experimenta a mais perfeita liberdade, tendo em vista que o ser livre, nesse sentido, equivale abandonar aquilo que outrora o tornara prisioneiro, o pecado. “Felizes os fiéis escravos da Rainha do céu, pois gozarão da verdadeira liberdade” (Montfort, 2009, p. 165).

No Tratado da Verdadeira Devoção ele distingue três tipos de escravidão, a saber, “escravidão por natureza, por constrangimento e por livre vontade (amor)” (Montfort, 2009, p. 75), obviamente a escravidão da qual o santo mariano se deleita é a última desta tríade: “feliz, mil vezes feliz, é a alma liberal que se consagra a Jesus por Maria, na qualidade de escravo do amor, depois de ter rompido pelo batismo a escravidão tirânica do demônio” (Montfort, 2018, p. 39-40), é necessário perceber aqui a centralidade da promessa batismal, não é uma “escravidão” no sentido literal da palavra, não é para oprimir, percebe-se que é a maneira como São Luís Maria fala daqueles e daquelas que vivem uma entrega de si mesmo a Jesus pelas mãos de Maria. “O servo é aquele que presta um serviço por um determinado tempo, já o escravo é aquele que precisa ter os olhos fitos nas mãos do seu Senhor, para realizar a vontade d’Ele a qualquer momento” (Pinto, 2020, p. 26).

Por essa razão, nos escritos dele aparece tanto a expressão escravidão voluntária como escravidão de amor, bem como escravos de Maria ou escravos de Jesus em Maria, todas tendo o mesmo valor para ele, sendo que a expressão escravo de Maria não passou sem sofrer críticas desde o início até os dias atuais, o próprio Montfort instrui os adeptos deste método, a respeito de como se denominar diante dos críticos “[...] é melhor dizer escravo de Jesus em Maria” (Montfort, 2009, p. 231) ou ainda “é preferível, para evitar-lhes ocasião de crítica desnecessária, dizer ‘escravo de Jesus Cristo’ do que ‘escravo de Maria’” (Montfort, 2009, p. 231).

Maria na concepção montfortina não impede de forma alguma a chegada do fiel ao fim último (Jesus), ao contrário, o destino só é facilitado pelo meio. Alega o Montfort (2009, p. 145) que essa devoção “é um caminho fácil, curto, perfeito e seguro”. Note bem, que segundo ele, não quer dizer que isto seja uma bifurcação do caminho, não são dois, mas uma só estrada para se chegar ao termo, isso porque “não a tomamos, como fim último de nossos serviços, que é somente Jesus Cristo” (Montfort, 2009, p. 249). Assim, se cumpre as palavras da Virgem Maria: “Fazei tudo o que ele vos disser!” (Jo 2,5), esse é o mandamento de Maria, isto é, tudo nela conduz ao seu filho, aquele que é o “caminho” (Jo 14,6), aquele que é o “mediador entre Deus e os homens” (1Tm 2,5); por isso que ela é a “mediadora de intercessão” (Montfort, 2009, p. 91).

O santo francês respeita a mediação única de Cristo, mesmo atestando ser Maria medianeira de intercessão junto ao mediador de redenção que é Jesus (1 Tm 2,5). Para o autor clássico da consagração, ao tomarmos a Mãe de Deus como fim próximo para chegarmos ao fim último, respeita-se a vontade divina que quis se encarnar e chegar aos homens através desta mulher,

aliás, essa será uma tecla contínua do Montfort. Sua lógica baseia-se no seguinte: Jesus Cristo veio aos homens através dela e é por ela que os homens deverão ir a Jesus Cristo; por ela Jesus Cristo tem que reinar e que através dela voltará pela segunda vez.

O santo usando-se de autores deveras marianos como: são Bernardo de Claraval, São Bernardino de Sena, etc., afirmará sua tese de que “é muito justo que a graça volte a seu autor pelo mesmo canal por onde veio” (Montfort, 2009, p. 137). Assim, juntando a ideia de que Maria é medianeira junto do próprio mediador e de que ela é este canal, a consagração faculta uma escada em que os degraus necessariamente são: a Santíssima Virgem, Jesus Cristo Sabedoria Encarnada por meio do Espírito Santo e Deus Pai, afirma: “Esta devoção é um meio seguro para ir a Jesus Cristo, como compete a Jesus Cristo conduzir-nos ao Pai celestial” (p. 159).

Além da relação com o batismo, é possível notar em Montfort, na sua obra sobre a total consagração, outra chave que se junta a esta para uma leitura mais compreensível numa perspectiva cristocêntrica, e esta se situa no evento encarnação. Foi a encarnação que fez Maria o elo entre Deus e a humanidade, foi a encarnação que fez Deus filho descer aos homens e foi a encarnação que fez Deus depender de uma criatura para salvar todos os homens, esta é a “[...] dependência em que Deus Filho quis estar de Maria, para glória de Deus seu Pai e para nossa salvação” (Montfort, 2009, p. 243). São Luís vê a encarnação como a *kénosis*⁷ por excelência.

Deus bastando a si mesmo, segundo São Luís, ainda que não tivesse necessidade, quis precisar de Maria (Montfort, 2009, p. 25). Na linha do mistério da encarnação o padre Grignon vai mostrar Jesus como o primeiro “cativo e escravo no seio de Maria” (p. 230) o que soa meio dissonante se tomado pela literalidade da expressão, porém esse abaixar-se e humilhar-se de Deus-Filho faz sentido se olhado do ponto de vista kenótico, pois Maria não é maior que Deus, pelo contrário: “comparada, portanto, à Majestade infinita ela é menos que um átomo, é antes um nada, pois que só ele é” (Montfort, 2009, p. 25).

Ora, é Deus quem exalta o Filho no humilhar-se do presépio até a cruz. Somente a partir desse esvaziamento do Cristo podemos entender o que diz Montfort: “Jesus Cristo deu mais glória a Deus, submetendo-se a Maria durante trinta anos, do que se tivesse convertido toda a terra pela realização dos mais estupendos milagres” (p. 29), vejamos que não é para exaltar Maria, é para convocar nossos olhos à decisão amorosa de Deus que vem até nós por meio dela e se submete ter em tudo a natureza humana, menos o pecado. Para Montfort, esta consagração é uma maneira perfeita de viver glorificando a Deus, percorrendo o mesmo caminho que Jesus tomou. Assim ele afirma:

O Inacessível aproximou-se, uniu-se estreitamente, perfeitamente e até pessoalmente à nossa humanidade por meio de Maria, sem perder uma parcela de sua majestade; é também por Maria que devemos aproximar-nos de Deus [...] Aquele que é quis, enfim, vir ao que não é, e fazer que aquele que não é se torne Deus ou aquele que é. E ele o fez perfeitamente, dando-se e submetendo-se inteiramente à Virgem Maria sem deixar de ser no tempo aquele que é na eternidade; outrossim, é por Maria que, se bem que sejamos

⁷ Palavra grega que significa *esvaziamento ou rebaixamento*, referindo-se à encarnação do verbo, o Filho de Deus que se esvaziou ou se rebaixou à condição humana. Este termo é usado no hino paulino da carta aos Filipenses (Fl 2,5-11).

nada, podemos tornar-nos semelhantes a Deus, pela graça e pela glória, dando-nos a ela tão perfeita e inteiramente, que nada sejamos em nós mesmos e tudo nela, sem receio de enganar-nos (Montfort, 2009, p. 152).

Ler São Luís Maria Grignoin de Montfort sob o binômio batismo e encarnação, norteia o leitor para uma centralidade em sua obra, a de que o eixo da devoção paira por sobre Jesus Cristo. A consagração proposta em seu tratado é o quarto meio para “adquirir a Sabedoria” (O amor da Sabedoria eterna, 2018, p. 124), os outros três são: “Necessidade do desejo da Sabedoria”; “uma oração contínua”; “mortificação universal” (O amor da Sabedoria eterna, 2018, p. 123-137). O que realmente Luís Maria está propondo é uma união tão profunda da alma com a Sabedoria eterna e encarnada (Jesus) e para ele Maria é esse meio mais próximo, ou como ele mesmo explica, ‘a Santíssima Virgem Maria como ao meio perfeito que Jesus Cristo escolheu para se unir a nós e nós a ele’, ela é a *forma Dei* (imagem que ele pegará de empréstimo de santo Agostinho), “o molde de Deus [...] aquele que é lançado no molde divino fica em breve formado e moldado em Jesus Cristo, e Jesus Cristo nele” (Montfort, 2009, p. 212-213). “Com isso, quanto mais formos capazes de ofertar a Cristo por Maria tudo em nós, mais graus elevados de santidade alcançaremos pela união íntima com o próprio Jesus, participando assim de sua vida divina, de uma antecipação da vida celeste” (Pinto, 2020, p. 41).

Dessa forma, o método monfortino tem como objetivo fundamental Jesus Cristo como fim último, e o meio para se alcançar é a virtude da humildade que tem a sua via concreta e plena a ‘humilde serva do Senhor’, a Virgem Maria, que proporciona ao verdadeiro devoto um caminho de *kenosis*, um esvaziamento e rebaixamento de si, purificando todo orgulho e autossuficiência, para que assim, possa-se alcançar a estatura da vida madura de Cristo, na participação de seus mistérios e de sua missão de salvar almas.

CONCLUSÃO

A consagração nos impulsiona a viver na Trindade, no amor da total doação de si, por isso não obstante ofertar todos os seus bens, a pessoa doa a si mesmo e todas as suas potências (valores meritório, impretatório e satisfatório). Ser escravo (consagrado) por amor é deixar Deus viver em toda a vida, é fazer exercício contínuo para alcançar um amor desinteressado que tem como única pretensão viver por, com e para o amor. **Só o amor basta** à vida, seria possível resumir a consagração a isto? De certa forma sim, a partir de uma leitura honesta da obra em pauta, pois qual seria o sentido da vida se não o Amor? A escravidão de amor nada mais é se não viver a essência da existência cristã, de abrir-se àquilo que Deus quer ser em cada um de nós, ser ele mesmo, o AMOR.

Contudo, esse amor, essa prática devocional implica pensar e viver como recomenda a Igreja no capítulo XVIII da *Lumen Gentium* (n. 67) “a verdadeira devoção não consiste numa emoção estéril e passageira, mas nasce da fé, que nos faz reconhecer a grandeza da Mãe de Deus e nos incita a amar filialmente a nossa mãe e a imitar as suas virtudes”. Pensar assim nos livra dos

devocionismos⁸ apontado por Murad em “A Jesus com Maria: Montfort e o Tratado da Verdadeira Devoção”, nos livra de elitizar a devoção e de instrumentalizá-la dentro da própria Igreja, coisa que acaba por causar divisões e sérios problemas pastorais. Tem razão a fala do Ir. Murad quando escreve que a consagração “não é um privilégio, que leva as pessoas a se considerarem mais santas ou melhores que as outras. E sim um caminho para abraçar a opção de vida por Jesus de forma consciente e com certa radicalidade” (Murad, 2021, p. 62). Em se tratando da preocupação pastoral em relação a essa prática, ele aconselha que:

Seria muito bom que houvesse um Grupo de Trabalho, vinculado à Comissão de doutrina da CNBB, para continuar estudando sobre Montfort, o Tratado e a Consagração a Jesus pelas mãos de Maria, em sintonia com as *Diretrizes Gerais à Ação Pastoral da Igreja do Brasil*. Esse GT seria composto por um bispo, teólogos (as), pastoralistas, membros das duas congregações montfortinas e leigos (as) que adotam o método de Montfort. Com isso contribuiríamos para uma visão serena, atualizada e plural do carisma herdado de São Luís (Murad, 2021, p. 81).

Nesse sentido, é importante, ao invés de tecer críticas ao uso de correntes, ou ao crescente número daqueles e daquelas que aderem essa devoção, é muito mais necessário acompanhar e investir na formação, de modo que pensando a consagração para nossos dias de hoje, não façamos uma leitura anacrônica do Montfort, mas também não deixemos de lado sua espiritualidade, há muito valor naquilo que ele ensinou e podemos aprender muito com ele e através dessa prática de piedade mariana. Assim, o Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem pode ser para os tempos atuais, uma vez que tem sido muito divulgado, uma porta aberta, ou seja, uma oportunidade de lançar as redes da evangelização, para conduzir os fiéis devotos a uma verdadeira e profunda vida cristã batismal, por meio daquela que trouxe o Filho de Deus a esta terra, e que continua pela devoção gerando e formando outros filhos de Deus para Igreja e para o mundo.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova ed. rev. e ampl. 2. impr. São Paulo: Paulus, 2003.

BOFF, Clodovis. *Mariologia Social: O significado da Virgem para a Sociedade*. São Paulo: Paulus, 2006.

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium Capítulo XVIII: A bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja*. Coleção Theotókos, volume 1. Brasília: Edições CNBB, 2016.

CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*, Texto oficial, Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979, edições Paulinas DOCUMENTO DE PUEBLA.

CONGRAGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS.

8 “Sim ao culto e à devoção, não ao devocionismo”, para Murad o devocionismo seria “os exageros, a falta de limites, a ausência de critérios, levando a uma proliferação crescente de práticas devocionais, não são pastoralmente saudáveis” (Murad, 2021, p. 46), nisto pode-se incorrer ao erro de que pela consagração se adote várias coisas que nem mesmo Montfort teria ensinado ou escrito como parte da consagração em si, como por exemplo, o uso do véu por alguns grupos que adotam a consagração, como se isso fosse parte desta prática devocional, e não é.

Diretório sobre Piedade Popular e Liturgia: pincípios e orientações. Tradução: Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 2003.

DOCUMENTO DE APARECIDA: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 2. ed. CNBB, Paulus e Paulinas, 2007.

DOMBES, Maria. No desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos. Tradução: José Augusto da Silva, Aparecida: Santuário, 2005.

FIORES, Stefano de. MEO, Salvatore (dir.). Dicionário de Mariologia. Tradução Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco, Isabel F.L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995.

FIORES, Stefano de. MEO, Salvatore (dir.). Itinerario spirituale di S. Luigi Maria di Montfort (1673-1716). Disponível em: https://ecommons.udayton.edu/ml_studies/vol6/iss1/4/, acesso em 05/04/2025.

JORGEN, Humberto. Vida de São Luís Maria Grignion de Montfort: um homem livre. Aparecida/SP: Editora Santuário, 1992.

KRIEGER, Dom Murilo S. R. Maria na piedade popular. Coleção Mãe de Deus vol 1. Edições CNBB, 2016.

MONTFORT, L. M. Grignion. O amor da Sabedoria eterna. Tradução de Tiago José Risi leme. São Paulo: Paulus, 2018.

MONTFORT, L. M. Grignion. São Luís Maria Grignion de Montfort: Obras Completas. Tradução de Pe José Raimundo Vidigal, Pe. Manuel Ramos Nunes Vieira. São Paulo: Paulus, Portugal: Edições Montfortinas, 2021. Coleção Clássicos do Cristianismo.

MONTFORT, L. M. Grignion. Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem. 35ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MONTFORT, L. M. Grignion. O Segredo de Maria: sobre a escravidão da Santíssima Virgem. Tradução Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2018.

MURAD, Afonso. A Jesus com Maria: Montfort e o tratado da verdadeira devoção. Aparecida/SP: Editora Santuário; Academia Marial; Paulinas, 2021.

OSSANA, Tulio Faustino. A Ave-Maria: história, conteúdo, controvérsia. Tradução: Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Loyola, 2006.

PAULO II, S. João. CHRISTIFIDELES LAICI: sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici.html. Acessado em 16/06/2019.

PAULO XVI, Papa. Evangelii Nuntiandi (sobre a evangelização no mundo contemporâneo). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html . Acesso em: 05/08/2019.

PINTO, R. A. L. Totus tuus Mariae: Sobre a verdadeira devoção à Santíssima Virgem. São Paulo: Cultor de Livros, 2020.

SOUZA, Pe. Antonio Elcio. Considerações sobre a consagração a Nossa Senhora. In: Maria na Liturgia e na Piedade Popular. Aparecida: Paulus, 2017.